

Narrativas juvenis e o reassentamento de Bento Rodrigues: um estudo na perspectiva das Representações Sociais em Movimento

Bárbara de Oliveira

(Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Bolsista CAPES)

Maria Isabel Antunes-Rocha

(Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG)

Introdução

Este trabalho apresenta como tema de estudo as representações sociais dos jovens sobre o reassentamento de Bento Rodrigues no contexto do Rompimento da Barragem de Fundão (RBF) com base no projeto de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A barragem de Fundão – localizada no município de Mariana (MG), de responsabilidade da mineradora Samarco, cujas acionistas são a Vale S/A e BHP Billiton – rompeu no dia 5 de novembro de 2015 e liberou aproximadamente 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro no meio ambiente (Hunzicker, 2019), causando o maior desastre socioambiental do Brasil (IBAMA, 2015). Ao todo, 41 municípios foram atingidos de Minas Gerais e Espírito Santo, 663 km de corpos hídricos foram diretamente impactados ao contaminar os rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce (Antunes-Rocha *et al.*, 2020). Nesse cenário, dois subdistritos, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, foram completamente destruídos.

Os modos de vida da população atingida foram afetados, particularmente os povos do campo (Hunzicker; Antunes-Rocha; Santos, 2021), como é o caso de Bento Rodrigues, localizado a 6 quilômetros da barragem e primeira comunidade a ser atingida. Os rejeitos que invadiram o subdistrito provocaram 19 mortes, o desalojamento da população, a devastação da localidade e a consequente desagregação dos vínculos sociais da comunidade (IBAMA, 2015). Isso ocorreu porque, após o RBF, os moradores de Bento Rodrigues foram obrigados a se deslocar para a sede do município, em Mariana, a cerca de 20 quilômetros de onde viviam.

Em relação aos impactos em Bento Rodrigues, inclui-se uma escola do campo destruída. A escola em Bento Rodrigues tem registros que remontam a antes de 1950 e passou a ser chamada de Escola Municipal Bento Rodrigues em 1998, após a resolução 8133/97 para municipalização (Hunzicker, 2022). Para essa instituição, o RBF resultou na perda de registros escolares, livros de atas e livros de matrículas, o que impossibilitou a recuperação dos documentos que registravam a trajetória escolar dos estudantes (Serra, 2018). Dessa forma, uma das repercussões do RBF foi as mudanças na instituição escolar, a alteração dos projetos de vida e dos caminhos que se projetavam em relação aos percursos escolares das crianças e jovens de Bento Rodrigues.

Antes do RBF, o percurso escolar consistia em frequentar a escola em Bento Rodrigues até os anos finais do ensino fundamental e no ensino médio os estudantes se deslocavam até o distrito de Santa Rita Durão para completar a educação básica (Hunzicker, 2019). Após o RBF, a escola de Bento Rodrigues e os estudantes do ensino fundamental foram transferidos para a Escola Estadual Dom Luciano onde as duas escolas passaram a funcionar na mesma estrutura física até 2017 quando foi organizado um espaço próprio dedicado a atender às necessidades da comunidade e os estudantes do ensino médio passaram a estudar em outras escolas da cidade (Hunzicker, 2019).

As alterações na vida da comunidade e, por conseguinte, nos percursos escolares obrigou os jovens de Bento Rodrigues a enfrentar situações que reverberam os impactos do RBF. A falta de infraestrutura escolar adequada transformou-se em um desafio imediato, já que as modificações estruturais na escola situada no campo e, posteriormente, na cidade trouxeram desafios em relação à identidade e pertencimento (Hunzicker, 2019). Além disso, o processo de estigmatização enfrentado na cidade gerou situações de segregação e de preconceito, inclusive no interior da própria escola (Oliveira, 2021a). Essas alterações causaram sofrimento psicossocial (Santos, 2018), o que pode ter prejudicado o desempenho escolar e trazido dificuldades educacionais. Não apenas isso, alguns jovens foram compelidos a abandonar os estudos para trabalhar e auxiliar suas famílias (FGV, 2019), além de precisarem reestruturar suas relações sociais e suas formas de socialização (Oliveira, 2021a).

É importante ressaltar que duas crianças estavam entre as vítimas fatais, o que nos faz refletir sobre “a diversidade de situações atuais inseridas no cotidiano de muitas crianças,

quando são obrigadas a vivenciar situações de vulnerabilidade” (Ferreira; Rahme; Vila Real, 2017, p. 84). De acordo com Pavan (2009), as crianças apresentam uma vulnerabilidade especial diante do desastre, além da característica física de fragilidade, a vivência ao desastre é, na maioria das vezes, uma situação inédita a ser enfrentada que gera angústias, medos e traumas. Além da vulnerabilidade especial, a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres/Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU) afirma que os sujeitos que passam por um evento traumático antes dos 11 anos têm três vezes mais chances de desenvolver sintomas psicológicos do que aquelas que vivenciam seu primeiro trauma durante a adolescência ou idade adulta (Pavan, 2009).

Os jovens de Bento Rodrigues continuam a enfrentar desafios que demonstram a persistente tensão gerada pelo RBF. Essas questões estão relacionadas à reconstrução da comunidade, à entrega das propriedades aos residentes, às mudanças na paisagem e à transformação do senso de pertencimento e identidade da população (Monteiro, 2023). O objetivo do reassentamento coletivo, popularmente chamado de Novo Bento, em Mariana (MG), era assegurar o acesso a bens públicos e atividades produtivas, além de questões relativas à regularização dos novos terrenos que atendem a legislação urbana municipal (Parreiras; Câmara; Souza, 2019). Esse processo seguiu as diretrizes estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016) envolvendo um acordo entre as empresas responsáveis e os atingidos pelo RBF.

Neste cenário, a complexidade das questões ligadas ao reassentamento requer uma análise minuciosa, com foco nas experiências dos jovens nesse novo território e em como lidam com os desafios inerentes a esse processo. Assim, este estudo busca dar continuidade à investigação sobre as repercussões do RBF na vida daqueles que vivenciaram tal experiência na infância, construíram suas identidades juvenis em meio às incertezas e expectativas, e às complexas dinâmicas sociais que permeiam o processo do reassentamento, em intrincadas relações com tempo e espaço. Por essa razão, os jovens são os escolhidos como os interlocutores desta pesquisa.

Segundo Sposito, Souza e Silva (2018), a juventude brasileira se destaca pelas singularidades das desigualdades e diversidades em seus modos de vida. Isso significa que é desafiador identificar características gerais que poderiam explicar a condição juvenil no Brasil.

No entanto, pesquisas têm evidenciado que a escola possui uma crescente importância na vida dos jovens com idades entre 15 e 17 anos, porém, existe uma heterogeneidade nas experiências de vida dos jovens entre 18 e 24 anos (Sposito; Souza; Silva, 2018). Apesar dessa heterogeneidade, é importante destacar que há um elemento comum e inédito entre os jovens de Bento Rodrigues dessa faixa etária: a vida no reassentamento. Embora cada jovem tenha enfrentado os desafios de forma subjetiva, a vivência compartilhada no reassentamento oferece um outro espaço para os jovens elaborarem e reelaborarem as representações dos objetos que os cercam.

As situações vivenciadas pelos jovens no reassentamento de Bento Rodrigues têm tensionado a elaboração dos próprios saberes, uma vez que estes, de acordo com Antunes-Rocha (2012), são construídos a partir das interações sociais e experiências vividas, o que pode criar um senso de comunidade e pertencimento que se reflete na construção de um discurso coletivo sobre o passado, presente e futuro. Através da socialização, memórias, sentimentos e da interação entre a própria geração e com as outras gerações, é possível observar que as maneiras de pensar, sentir e agir em relação à construção social do tempo e espaço em que os jovens estão inseridos estão em movimento, pois estão diante de um contexto gerador de mudanças.

As repercussões do RBF na vida dos jovens somam-se à já complexa condição juvenil, pois além de testemunharem o evento traumático durante a infância, os jovens não puderam exercer seu direito de escolher uma juventude no campo e foram compelidos a vivenciar experiências escolares e de vida divergentes das que projetavam. Com fundamentação na discussão apresentada, nossa hipótese é que as representações sociais sobre o reassentamento de Bento Rodrigues estão em movimento com base na sociabilidade juvenil e essa dinâmica social e historicamente construída contribui para a formação de uma condição juvenil própria de Bento Rodrigues.

Nesse sentido, será necessário compreender em que medida a representação social do reassentamento torna-se um elemento chave para a compensação dos modos de vida nas narrativas que envolvem as dinâmicas de sociabilidade nos âmbitos da educação, trabalho, lazer, convívio familiar e projeto de vida, entre outros, dos jovens de Bento Rodrigues. As experiências vivenciadas, a partir da alteração nos modos de vida, se tornaram um processo

histórico dinâmico de produção e reprodução de significados que orientam as formas de pensar, sentir e agir da população que foi atingida pelo RBF. Portanto, a pesquisa proposta por este projeto busca responder à seguinte questão: quais são as representações sociais dos jovens sobre o reassentamento de Bento Rodrigues e como elas têm sido construídas?

Na busca em responder a esse questionamento, a pesquisa será realizada com os sujeitos que residiam em Bento Rodrigues em 2015 e, atualmente, vivem no reassentamento coletivo e são jovens – com idade entre 18 e 24 anos. Em relação à metodologia, a pesquisa é de natureza qualitativa e utilizará a entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2003) como método para coleta dos dados. No que diz respeito à fundamentação teórica, utilizamos a abordagem da Representação Social em Movimento (RSM) (Antunes-Rocha, 2018) e o campo da Sociologia da Juventude (Dayrell, 2003; 2007; Leal; Lima, 2021).

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é compreender o conteúdo e o processo de construção das representações sociais dos jovens sobre o reassentamento de Bento Rodrigues. Os objetivos específicos são: identificar as narrativas que envolvem as dinâmicas de sociabilidade dos jovens no reassentamento de Bento Rodrigues; sistematizar o conteúdo das representações sociais dos jovens sobre o reassentamento de Bento Rodrigues; analisar as correlações entre a construção das representações sociais sobre o reassentamento e a sociabilidade dos jovens de Bento Rodrigues. Este trabalho consiste em apresentar, a justificativa, o referencial teórico a ser utilizado e a metodologia preliminar da pesquisa em tela.

Com base nesse contexto gerador de mudanças, é possível inferir, no caso dos jovens de Bento Rodrigues, que a elaboração das representações sociais sobre seus próprios processos de vida, à medida que vivenciam novas experiências, provoca movimentos nas formas de pensar, sentir e agir. Portanto, para compreender a vivência desses jovens no reassentamento de Bento Rodrigues utilizaremos como quadro teórico-metodológico a abordagem das Representações Sociais em Movimento (Antunes-Rocha, 2012; 2018) na qual contribui na compreensão do fenômeno da construção social do conhecimento para analisar os processos geradores de saberes e como são externalizados. Os resultados serão relevantes para compreender que as representações sociais estão em movimento, em um processo dialético, a

partir dos estudos da Teoria das Representações Sociais, que tem se mostrado relevante na área da Educação (Sousa, 2018).

Representações Sociais em Movimento e a juventude de Bento Rodrigues

A representação social é definida como um “conhecimento gerado nas trocas cotidianas entre pessoas mediadas pela mídia, saberes religiosos, científicos e da experiência e que se apresenta como lógico e criativo visando tornar familiar o que nos é estranho” (Antunes-Rocha, 2012). As representações sociais são, portanto, um processo dinâmico que se adapta às mudanças do contexto social, especialmente em tempos de crise, pois fornece aos sujeitos uma forma de compreender e lidar com as mudanças que estão ocorrendo (Moscovici, 2009) de modo que, para compreender como o conhecimento é produzido, é importante analisar sua vinculação com as práticas sociais que são produzidas a partir de um determinado contexto social.

Em complemento a tais definições, Antunes-Rocha (2018) afirma que uma representação social pode ser compreendida como um conhecimento em movimento, dado que é produzida em um contexto também em movimento. Isso significa que as representações sociais estão sempre se transformando, pois são influenciadas por mudanças no contexto social. Com base nesse entendimento, utilizaremos a abordagem das Representações Sociais em Movimento (RSM), desenvolvida pela pesquisadora Dra. Maria Isabel Antunes-Rocha no Grupo de Estudos em Representações Sociais (GERES). A abordagem da RSM está sendo formulada por meio de pesquisas sobre representações sociais de professores que atuam com grupos populacionais empobrecidos, em específico, com populações que habitam espaços campestres (Antunes-Rocha; Ribeiro; Amorim-Silva, 2021). Essas pesquisas se interessam por “contextos comprometidos com a produção de saberes sobre as representações sociais que estão sendo construídas por sujeitos que estão vivenciando situações que demandam alterações em suas formas de pensar, sentir e agir” (Antunes-Rocha, 2018, p.15).

De acordo com Antunes-Rocha (2012), as RSM são construídas a partir de diferentes saberes que circulam na sociedade, como ideias, crenças, valores, opiniões, atitudes, imagens, metáforas e símbolos. Esses saberes são utilizados pelos sujeitos para entender, justificar e organizar uma ação sobre os objetos que os cercam (Antunes-Rocha, 2012). Portanto, a

aplicação das RSM é pertinente para a investigação, pois fornece uma compreensão de como os sujeitos constroem significados sobre o mundo com base em suas experiências e interações sociais. Em outras palavras, estamos interessadas em ouvir os jovens e compreender como eles estão lidando com os desafios resultantes das mudanças nos modos de produzir e reproduzir a vida.

Compreendemos a juventude enquanto um período da vida em que os sujeitos passam por mudanças biológicas, emocionais e cognitivas intensas e rápidas, que impactam sua forma de se relacionar com o mundo ao vivenciarem processos de construção de maior autonomia e reflexões sobre suas escolhas e projetos futuros (Leão; Antunes-Rocha, 2015). Além disso, segundo os autores, é uma fase em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais, ultrapassando os espaços da família e da escola. Na dimensão sociológica, a juventude é compreendida enquanto uma categoria social complexa e heterogênea (Dayrell, 2003).

Isso quer dizer que as implicações de diversos fatores sociais resultam numa diversidade de experiências no modo de ser jovem, as quais se manifestam por meio de diferentes maneiras de compreender a juventude. Portanto, o uso da expressão “juventude” requer uma explicação que seja fundamentada no esforço de desconstruir as representações sociais que atuam no senso comum e tendem a restringir a juventude a uma faixa etária restrita com certos valores e práticas sociais comuns (Leão; Antunes-Rocha, 2015).

Nesse sentido, segundo Carrano (2013), delimitar a juventude apenas pela faixa etária seria simplificar uma realidade complexa, pois existem diversas formas de vivenciar a juventude, especialmente aquelas que se inserem nas realidades de desigualdades sociais. Na mesma direção de Carrano, Dayrell (2003) afirma que construir a noção de juventude na perspectiva da diversidade implica em considerá-la parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas no seu contexto social. Por isso partimos da compreensão de juventude(s), pois existem diferentes formas como cada sociedade, em um determinado tempo histórico, vai definir e representar o modo de ser jovem (Dayrell, 2003).

Embora o conceito de juventudes tenha representado um passo importante para reconhecer a diversidade entre os jovens, ele se mostra insuficiente para compreender tais sujeitos. A vivência da juventude é marcada por interseccionalidades, ou seja, pela interação de

diferentes fatores como classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, entre outros. Cada jovem carrega consigo uma multiplicidade de identidades e experiências, moldadas por suas características individuais e pelo contexto social em que estão inseridos. Essa multiplicidade precisa ser considerada para que possamos compreender as nuances e as desigualdades que as permeiam.

As diversas formas de ser jovem têm revelado a existência de uma nova condição juvenil que se manifesta em diferentes dimensões, características, práticas sociais, universos simbólicos e diferenças em relação às gerações anteriores, o que nos permite considerá-la tanto como uma representação social quanto como uma condição social (Dayrell, 2003; 2007). Portanto, o conceito de condição juvenil se configura como ponto de partida fundamental para a pesquisa em questão.

Do latim, *conditio* refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (Dayrell, 2007, p.1108).

A condição juvenil é influenciada pelo espaço onde são construídas, adquirindo significados próprios como suporte e mediador das relações sociais, além de ser a base das memórias individuais e coletivas (Dayrell, 2007). Esses espaços físicos têm a capacidade de se transformar em espaços sociais por meio da criação de estruturas particulares de significados, a partir do relacionamento estabelecido com esses espaços, seja como locais de convivência social, expressão cultural, trabalho, experiências familiares, produção de conhecimento ou construção de subjetividades (Alves; Oliveira, 2014). Esse entendimento revela a necessidade em compreender o contexto social no qual os jovens estão inseridos, uma vez que isso afeta os limites e as possibilidades envolvidas na construção de uma determinada condição juvenil.

A sociabilidade também é uma dimensão importante que se relaciona com o espaço na qual o jovem constrói a condição juvenil. Dayrell (2007) constata que a constituição da condição juvenil parece ser mais complexa quando se vivencia experiências de socialização em contextos sociais múltiplos e, por vezes, contraditórios, dentre os quais ganham centralidade

aqueles que ocorrem nos espaços dominados pelas relações de sociabilidade. A construção da condição juvenil expressa, segundo o autor, transformações mais profundas nos processos de socialização, espaços e tempos em que há interferências diretas nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização das novas gerações, como a família e a escola (Dayrell, 2007).

Segundo Carmo e Nonato (2021), a formação dos jovens é influenciada por diversos processos de socialização presentes em suas vidas, como as experiências em família, na comunidade, na escola, no trabalho, no lazer, nas culturas juvenis e, ainda, nos meios digitais. Essa perspectiva nos convida a reconhecer as potencialidades das vivências dos jovens como colaboradoras na construção de seus percursos formativos. Ao ouvirmos suas vozes e observarmos suas práticas, podemos identificar as dimensões essenciais para um processo educativo que faça sentido para eles, respondendo às suas necessidades, anseios e desafios, evidenciando as autoras.

Para muitos jovens, a vida é marcada por um constante movimento, uma transição contínua entre os espaços e tempos institucionais, onde predominam a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, conforme mencionado por Dayrell (2007). É nesse movimento que eles se constroem, desenvolvendo suas próprias formas de ser jovens, delineando seus caminhos em direção à vida adulta e experimentando processos de aprendizagem abrangentes. De acordo com Carmo e Nonato (2021), ao reconhecermos a diversidade dessas formas, direcionamos nossa atenção para os processos educativos, colocando o foco no sujeito, em sua experiência e em seu lugar no mundo.

A juventude, longe de ser um grupo homogêneo, é configurada por diversos marcadores sociais que influenciam a condição e as formas de sociabilidade juvenil, tais como classe social, raça, gênero e até mesmo dentro da própria classificação etária do que é ser jovem definida pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Sobre essa diversidade de configurações, Sposito, Souza e Silva (2018) ilustram as principais dimensões que assumem centralidade na vida dos jovens brasileiros, evidenciando os marcadores sociais e analisando, em particular, três grupos formados com base nas faixas etárias.

Os resultados encontrados apontam que, no caso dos jovens com idades entre 15 e 17 anos, a educação formal se destaca como elemento central, já que a universalização do acesso

à escola influenciou diretamente suas vivências na relação com a escola. Já os jovens entre 18 e 24 anos vivenciam deslocamentos e transições, permeados por diferentes realidades nos âmbitos dos estudos, do trabalho e da vida familiar. Por fim, os jovens-adultos, entre 25 e 29 anos, experienciam o início da vida profissional, a construção de moradia independente e, em alguns casos, a parentalidade, que marcam o trânsito realizado em direção à vida adulta (Sposito; Souza; Silva 2018).

Embora as dimensões descritas anteriormente ofereçam um panorama geral das centralidades na vida dos jovens brasileiros, é crucial reconhecer a pluralidade que permeia suas realidades. Os jovens enfrentam desafios consideráveis, especialmente quando atravessados pela vivência da juventude nas camadas populares. Ao lado de sua condição como jovens, eles também vivenciam a pobreza, resultando em uma dupla condição que afeta diretamente suas trajetórias de vida e as possibilidades e significados assumidos na vivência juvenil (Dayrell, 2007). Além disso, cada momento do percurso de vida, segundo Sposito, Souza e Silva (2018), apresenta desafios e possibilidades específicas, que não podem ser totalmente compreendidos sem uma investigação qualitativa sobre os jovens e seus percursos de vida.

Segundo Leal e Lima (2021), quando se trata de analisar a juventude contemporânea, a dimensão do território tem se tornado cada vez mais relevante. Isso ocorre porque os diferentes territórios têm um papel ativo na formação das identidades e nos modos de vida juvenil (Leal; Lima, 2021), influenciando suas formas de pensar, sentir e agir. Por exemplo, muitos grupos de jovens são caracterizados de acordo com os territórios que são vivenciados por eles. Para os jovens, esses processos de construção e reconstrução de novas territorialidades acontecem de maneira mais dinâmica e flexível no tempo e no espaço. Desse modo, por territorialidade entendemos como

processo de reconhecimento, afetividade e identidade de um grupo por um determinado território dentro de um espaço urbano ou rural. Para que isso ocorra, um determinado grupo exerce um esforço coletivo para delimitar, ocupar, controlar e se apropriar (simbolicamente e/ou materialmente) de uma parcela do espaço (Leal; Lima, 2021, p.22)

Se a territorialidade é um processo que engloba o reconhecimento, também se observa o contrário, onde diversas culturas são negadas por meio de processos de exclusão e segregação, levando muitos grupos a terem seus territórios usurpados (Leal; Lima, 2021). Ao analisar as

pesquisas envolvendo os jovens, percebemos que a atenção se volta principalmente para as juventudes nas grandes cidades, sendo comum abordar o conceito de “direito à cidade”. Contudo, é preciso ampliar a reflexão em torno do “direito ao campo”, um tema que merece destaque, especialmente quando pensamos nos jovens de Bento Rodrigues que foram privados desse direito.

Conforme mencionado por Leal e Lima (2021), os jovens que vivem em áreas rurais do Brasil costumam se ver obrigados a se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades educacionais e profissionais. Esse movimento acarreta uma espécie de desterritorialização econômica, devido à exclusão, à escassez de oportunidades, à segregação e ao preconceito. Os autores destacam que essa situação se torna ainda mais complexa devido à crescente expulsão dos camponeses de seus territórios, seja pela construção de barragens ou pelos interesses de companhias mineradoras.

Os processos que propiciam o esvaziamento do campo fazem com que muitos jovens se distanciam de sua identidade cultural, no qual há uma sobreposição dos valores e culturas tipicamente urbanas, sobre as rurais (Leal; Lima, 2021). Os desafios que os jovens do campo têm enfrentado destacam o quão complexa é a sua condição juvenil. Nesse sentido, é importante também direcionarmos os nossos olhares para essas juventudes do campo e interrogar como esses sujeitos estão lidando com as transformações que afetam as suas vidas, uma vez que, de acordo com Cardoso e Turra Neto (2011), os jovens apresentam diferentes respostas para lidar com as preocupações que os afligem.

As crianças que vivenciaram o RBF e que hoje são jovens precisaram se adaptar a novas realidades, sem a proximidade de seus amigos e familiares; se ajustar a novos territórios, morando em outras residências e estudando em escolas diferentes; lidar com questões psicológicas, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Prisma, 2018), o que pode ter dificultado sua permanência na escola. Além disso, é possível que a pandemia da Covid-19 tenha intensificado a situação das crianças e jovens, devido ao isolamento social e ao fechamento das escolas. Durante quase dois anos, foram orientados a não interagir fisicamente com seus pares, principalmente por meio das relações sociais que só eram possíveis no ambiente escolar. Assim como mencionado por Oliveira (2021a), em que o

fortalecimento dos laços sociais entre os jovens de Bento Rodrigues era principalmente viabilizado pela escola.

Com base na discussão apresentada, compreendemos que a condição juvenil de Bento Rodrigues é marcada por uma multiplicidade de dimensões que se entrelaçam no tempo e no espaço. Para compreender essa realidade, é necessário investigar o novo território em que vivem, abordando os temas e desafios que atravessam a vida cotidiana dos jovens no reassentamento. Nesse sentido, é atributo fundamental da pesquisa compreender as intrincadas relações entre os jovens e os territórios, observando as diferentes formas como os jovens utilizam, se apropriam e atribuem sentidos aos territórios, como discutido por Leal e Lima (2021).

As vozes juvenis são discursos importantes para entender as repercussões do RBF no campo dos processos educativos e contribuir para a discussão sobre a complexidade da relação entre juventude e território. A adoção da abordagem teórico-metodológica das RSM é o caminho que nos possibilitará compreender as representações sociais dos jovens de Bento Rodrigues em relação ao reassentamento. Com base no referencial teórico apresentado, este estudo adota a noção de “condição juvenil” (Dayrell, 2007) e as RSM (Antunes-Rocha, 2012; 2018) como categorias analíticas para alcançar o objetivo da pesquisa. Ao examinarmos os desafios presentes nas dimensões apresentadas, buscaremos uma compreensão abrangente da complexa relação entre juventude e o território de Bento Rodrigues. Essa compreensão é crucial para a formulação de políticas públicas e ações sociais que atendam às necessidades específicas dos jovens dessa comunidade.

Metodologia preliminar

A proposta metodológica divide-se em quatro etapas: primeiro, a delimitação dos sujeitos envolvidos; em seguida, a identificação dos interlocutores da pesquisa; posteriormente, a condução das entrevistas narrativas; e, por último, a análise do conteúdo das narrativas coletadas. Para a delimitação etária dos sujeitos da pesquisa nos baseamos em dois marcos legais nacionais, sendo eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que considera crianças as pessoas de até 12 anos de idade incompletos e adolescentes as pessoas entre 12 e 15 anos incompletos (Brasil, 1990) e o Estatuto da Juventude (2013), que considera jovens as

peessoas entre 15 e 29 anos de idade (Brasil, 2013). A presente pesquisa optou por incluir jovens com idade entre 18 e 24 anos que foram atingidos pelo RBF.

Essa faixa etária foi escolhida por alguns motivos. Em primeiro lugar, a partir dos 18 anos, os sujeitos são considerados legalmente capazes de fornecer consentimento para participar de pesquisas, o que simplifica os procedimentos éticos para a pesquisa. Além disso, essa faixa etária permite uma maior homogeneidade em relação à vivência ao rompimento, uma vez que esses interlocutores vivenciaram o evento em uma fase similar, isto é, eram crianças e adolescentes em 2015. A pesquisa de Sposito, Souza e Silva (2018) corrobora com essa escolha, ao destacar a heterogeneidade do grupo de 18 a 24 anos em relação a outros grupos etários que também fazem parte da juventude. Nesse contexto, buscamos compreender as particularidades da condição juvenil desse grupo etário, que nas investigações anteriores tem sido representado de forma diversa. Ao limitar a faixa etária, a pesquisa torna-se mais específica e permite uma análise aproximada das vivências do pós-rompimento para esse grupo em particular.

Desse modo, delimitamos os sujeitos da pesquisa os jovens que moravam em Bento Rodrigues em 2015 e que atualmente moram no reassentamento e possuem entre 18 e 24 anos (em 2024). O objeto representacional é o reassentamento de Bento Rodrigues e o contexto gerador de mudança é o RBF. Para compreender o conteúdo e o processo de construção das representações sociais dos jovens sobre o reassentamento de Bento Rodrigues, além da revisão de literatura, levantamento bibliográfico e análise documental, utilizaremos como instrumentos de construção de dados a entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2003).

A escolha dos interlocutores da pesquisa será através do método da amostragem em bola de neve. O tipo de amostragem em bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência: inicialmente, recorre-se dos informantes-chave para localizar pessoas com o perfil necessário; em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente (Vinuto, 2014). Assim, iniciaremos com alguns informantes-chave com as características desejadas que serão convidados a participar da pesquisa. Idade, raça, gênero e outros aspectos demográficos serão considerados nesta seleção, buscando um grupo de no mínimo 8 jovens que representam a multiplicidade das narrativas que buscamos ouvir.

A entrevista narrativa é apropriada, de acordo com o objetivo da pesquisa, pois ao empregar essa técnica é possível obter uma compreensão aprofundada das informações compartilhadas pelos informantes, permitindo assim uma análise de seus pensamentos, sentimentos e comportamentos (Antunes-Rocha, 2018; Antunes-Rocha; Ribeiro; Amorim-Silva, 2021). Isso ocorre porque essa forma de entrevista não estruturada e com uma abordagem de escuta ativa, abrange características específicas que têm como objetivo minimizar a presença do entrevistador a partir de uma situação que estimule o informante a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida (Jovchelovitch; Bauer, 2003).

Os resultados serão apresentados de forma objetiva, tecendo um mosaico de narrativas que revelam as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos sobre o objeto. A análise das entrevistas narrativas será conduzida através da técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Esse percurso metodológico nos permite tecer o panorama dos sentidos e imagens presentes nas mensagens transmitidas para compreender os processos de construção de tais representações. Os desafios metodológicos que surgirão decorrem dos sujeitos e objetos historicamente situados que se constroem com a razão, mas também com a emoção, conjugando crenças e expectativas com um pensamento lógico e articulado com as experiências cotidianas (Antunes-Rocha, 2012).

Referências

- ALVES, Maria Zenaide; OLIVEIRA, Igor. Juventudes e territórios: o campo e a Cidade. **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio** / Lycinia Maria Correa, Maria Zenaide Alves, Carla Linhares Maia, organizadoras. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- ANTUNES-ROCHA, M. I. Representações sociais em movimento: desafios e possibilidades na elaboração de um conceito. *In*: ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P. (org.). **Representações sociais em movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança**. Curitiba: Appris, 2018.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; RIBEIRO, Luiz Paulo; AMORIM-SILVA, Karol de Oliveira. Representações sociais em movimento: construindo uma categoria analítica com base em pesquisas sobre formação e prática de educadores. *In* NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Representações sociais: campos, vertentes e fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Da cor de terra representações sociais de professores sobre alunos no contexto da luta pela terra**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 04 de set. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 04 de set. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Ed. 70. Lisboa, Portugal: Geográfica Editora, 1979.
- CARMO, Helen Cristina do; NONATO, Brésia França. **Juventudes e processos educativos**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.
- CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. **Juventude Cidade e Território: esboços de uma geografia das juventudes**. Anais Eletrônico - I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade, 2011.
- CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. *In*: JULIÃO, Elionaldo Fernandes; VERGÍLIO, Soraya Sampaio (Orgs.). **Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Novo Degase, 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá; RAHME, Mônica Maria Farid; VILA REAL, Fernanda Carvalho de Faria. A barragem de Fundão - seu rompimento, as vidas e a mídia - algumas considerações (Mariana, Minas Gerais, Brasil). In: **Heurística revista digital de história de la educación**, n. 20, jan./dez. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão: Impactos sobre Educação Básica a partir de Dados Secundários / Fundação Getúlio Vargas.** – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019. 165 p.

HUNZICKER, A. C. de M.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; SANTOS, M. L. dos. A escola como fator de desterritorialização dos povos atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão: desafios para a Escola de Bento Rodrigues. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 27, p. 80-105, 2021.

HUNZICKER, Adriane C. de M. **“Aqui Tinha uma Escola”**: Vozes Docentes sobre o Rompimento da Barragem de Fundão. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 191p

HUNZICKER, A. C. de M. **O rompimento da barragem de fundão**: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues. 2019. 173f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**. Impactos ambientais decorrentes do desastreenvolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. 2015. Disponível em: <www.ibama.gov.br/phocadownload/.../laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf> Acesso jun. 2020.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A Entrevista Narrativa. In: GASKELL, G.; BAUER, M. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LEAL, Álida; LIMA, Gerson. **Juventudes e territórios**: o campo e a cidade. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Juventudes no/do campo: questões para um debate. In LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel [Orgs.]. **Juventudes do Campo**. 1 ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MONTEIRO, Karla. **Vilarejo Inventado**. Anais da destruição. 09 de jun. 2023. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>> Acesso em: 15 de nov. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa *Social representations: explorations in social psychology* [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

OLIVEIRA, Bárbara. **Escola e produção de saberes: narrativas de jovens atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão**. 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: UFOP, 2021a.

PARREIRAS, Juliana Gomes; CÂMARA, Talita Moreira; SOUZA, Maria Eunice Paula de. A construção do novo Bento Rodrigues e os desafios da retomada do modo de vida dos atingidos e atingidas pela Barragem de Fundão. **Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34070>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PAVAN, Beatriz J. C. O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHESINI, Vitor; GONÇALVES, Juliano C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2009.

PRISMA: **pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana**. Belo Horizonte: Corpus, 2018. 80p.

RESOLUÇÃO nº466 de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 2012. Brasil.

RESOLUÇÃO nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

SANTOS, Marcela Alves de Lima. **Eu quero minha liberdade de volta! Saúde mental e atenção psicossocial junto aos adolescentes atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão**. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz. Belo Horizonte: Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SOUSA, C. P. de. Representações sociais em movimento. Prefácio. *In*: ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P. (org.). **Representações sociais em movimento**: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança. Curitiba: Appris, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. e170308, 2018. DOI: 10.1590/s1678-4634201712170308. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/143527>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TTAC – **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**, 2016. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>> Acesso em: 15 de nov. 2023

VINUTO, J. A. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 8 ago. 2022.